



BOCA de FERRO

Jornal do Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo

FUP CUT BRASIL

Fevereiro/1 - 2017 • Nº 1086

CATEGORIA APROVA ACORDO COLETIVO 2016/2017

**A LUTA AGORA É
CONTRA A PRIVATIZAÇÃO**



FECHADO ACORDO COLETIVO

A LUTA AGORA É CONTRA A PRIVATIZAÇÃO



Depois de ampla mobilização dos petroleiros de todo o país e negociações dos sindicatos com a Petrobrás, a categoria aprovou por maioria de votos a proposta da empresa de reajuste salarial de 8,57%. E no último dia 31, a FUP e os 13 sindicatos filiados assinaram o Termo Aditivo do Acordo Coletivo 2015/2017, garantindo a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Petrobrás a reposição integral do ICV/Dieese. O pagamento retroativo foi feito no último dia 10. A proposta, além de garantir a reposição integral da inflação, mantém os direitos da categoria.

Os petroleiros também aprovaram estado de greve contra as privatizações.



Resistência para barrar o desmonte do Sistema Petrobrás

“Agora temos que focar na luta contra o desmonte da Companhia, a batalha será dura. Em poucos meses, o desmonte promovido pelos golpistas fez as reservas da Petrobrás retrocederem mais de uma década, atingindo os níveis de 2001.

A companhia fechou 2016 com 9,672 bilhões de barris de óleo equivalente, uma queda de 8% em relação ao ano anterior, praticamente a mesma reserva que tinha há 15 anos, quando atingiu 9,3 bilhões de barris. Precisamos estar fortes para fazer a resistência”, frisa o coordenador – geral do Sindipetro, Paulo Rony Viana.

Um calendário de ações e estratégias de luta para barrar o desmonte do Sistema Petrobrás está sendo planejado pelo Conselho Deliberativo da FUP. O momento é crítico e exige de cada petroleiro e petroleira o compromisso e a determinação de defender a Petrobrás e suas subsidiárias, enquanto ainda temos um patrimônio para zelar.

SINDIPETRO GARANTE DIREITOS DOS TRABALHADORES EM ACT COM TERCEIRIZADAS

O Sindipetro-ES fechou ao longo de 2016 e já em 2017 muitas aprovações de Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), garantindo o direito dos trabalhadores e trabalhadoras do setor petróleo. Confira um resumo dos principais acordos:

BALTAZAR

Os ACTs da Baltazar Construções e Montagem referente aos contratos de Caldeira, OM e UGV foram aprovados pelos trabalhadores em assembleia realizada dia 27 de janeiro. O índice do reajuste repassado aos trabalhadores foi de 6%, sendo que os trabalhadores do contrato da OM e UGV ainda tiveram um ganho em seus tíquetes alimentação.

PERBRAS

A empresa Perbras apresentou proposta de reajuste de 6% e aumento de R\$ 1,00 no tíquete alimentação, a proposta foi levada para assembleia com os trabalhadores em 17 de janeiro, antes da reunião de pré embarque da turma. Outra assembleia foi realizada em Jacutinga com os trabalhadores da SPT25 e por fim na Estação Fazenda Alegre com os trabalhadores da SPT 32. O ACT foi aprovado por unanimidade.

IPI OIL

O Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018 foi fechado após aprovação dos trabalhadores. O reajuste conquistado foi de 8,5%.

INTERACTION

O ACT da Interaction garantiu um reajuste anual para os trabalhadores de 7,06%, excluindo os adicionais vigentes. O reajuste deverá ser baseado no INPC. Pelo acordo o piso garantido é de mil reais. O Sindipetro-ES garantiu ainda o tíquete alimentação de no mínimo R\$ 18,27 além de plano de saúde, inclusive para os dependentes e horas extras para os trabalhadores da UTGC e UTGC Sul cujas áreas não sejam atendidas pelo transporte público regular.

ASPRO

Os trabalhadores da empresa Aspro do Brasil estão em fase final das negociações do ACT 2016/2017, tendo a empresa apresentado o percentual de 7,38% de reajuste.

VARCO

O ACT 2016/2017 ainda está em processo de negociação, sendo que os trabalhadores ainda serão convocados para assembleia.

TEXCAL

O ACT da Texcal está em processo de negociação.

Os Acordos Coletivos de Trabalho das empresas Plexus, OIL Perfurações, Schlumberger, Victoria Qualidade, Global e IMC SASTE também já estão fechados.

ACIDENTES ANUNCIADOS

Petrobrás retira ambulâncias das unidades

Demonstrando total irresponsabilidade com a segurança dos trabalhadores, a Petrobrás retirou as ambulâncias de diversas unidades do Norte Capixaba. Existiam dois veículos, um na Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC) e outro na Estação São Rafael, com um acordo de ajuda mútua dessas duas bases para uso das ambulâncias.

Agora, a Petrobrás decidiu retirar o veículo que estava em São Rafael adotando um novo tipo de fornecimento do serviço de ambulância e socorrista. Com isso, São Rafael passará a usar de forma compartilhada a ambulância da UTGC, em Linhares.

No Terminal Norte Capixaba (TNC), os serviços funcionaram por quase um ano, mas o contrato expirou. A Transpetro informou que está licitando um novo serviço para o TNC e para o Terminal de Barra do Riacho (TABR) que também está sem ambulância. O Sindipetro-ES, entretanto, não con-

firma a veracidade dessa informação. O que a Petrobrás fez foi compartilhar a ambulância que está na EFAL.

O TABR, assim como no TNC e São Rafael, operaram com um socorrista no mesmo período que no TNC. *“As ambulâncias foram adquiridas somente depois que dois trabalhadores morreram, após queda do andaime. Eles ficaram amarrados pelo cinto e não havia nenhum socorrista no local”*, lembra o coordenador do Sindipetro-ES, Paulo Rony Viana dos Santos,

O modelo que a Transpetro implantou no TABR foi o uso compartilhado da ambulância da Fibria ou da Prefeitura de Aracruz, não garantindo que em caso de acidente no terminal, as ambulâncias estarão à disposição, pois os veículos atendem também às ocorrências do município, funcionam como o Samu. Serão necessárias mais mortes para que a Petrobrás mude sua gestão equivocada de segurança?

A CRISE ÉTICA E MORAL DO AMBIENTE CORPORATIVO



A crise moral que assola nosso país também está presente em nosso ambiente de trabalho. Não raro, ao invés de nossos gestores se preocuparem com a utilização de ferramentas corporativas como suporte essencial ao desempenho responsável e participativo do trabalhador, eles fazem exatamente o contrário: usam essas ferramentas para propagar o terror dentro dos ambientes de trabalho. Essas ferramentas deveriam promover a valorização do empregado, sua integridade aos limites da condição humana, a construção de laços de confiança e de reconhecimento. Dessa forma, a promoção da saúde e a segurança do trabalho seriam consequências naturais.

Na FPSO P-57, alguns dos gestores têm conduta coercitiva, assediadora, e praticam o nepotismo sem constrangimentos. Casos de transferência de filho para trabalhar na mesma plataforma do pai, de coordenador de embarcação trazendo irmão para trabalhar em empresa terceirizada e de engenheiro assumindo cargo interino de coordenador de produção no lugar de sua esposa que está em período de gravidez são alguns dos exemplos do que vem ocorrendo na empresa. Por outro lado, para aqueles que se opõem a essa forma de gestão, injusta e imoral, o que lhes resta são as perseguições, retaliações e assédios perpetuados por líderes a mando dessas chefias.

O Sindipetro-ES denunciou por diversas vezes a perseguição constante aos trabalhadores que se intensificou ainda mais, após a greve de 2015. Em um dos casos, a mando da chefia, a secretária telefonou para alguns grevistas no decorrer da greve, e, em tom de ameaça, tentou obrigá-los a retornar ao trabalho, inclusive assustando a mãe de um dos empregados. Após a greve, as férias de alguns funcionários foram canceladas e houve até intimidação a uma funcionária para

que ela não concorresse à CIPA. E agora, inventando uma regra que não existe, esse mesmo gestor tenta separar um casal que trabalha na P-57 há mais de cinco anos, utilizando de machismo para transferir uma profissional qualificada, esposa de outro funcionário, com o argumento de que casais não podem trabalhar juntos em uma mesma base.

Mas, e irmão trabalhar com irmão, pode? E pai com filho, também pode? E o casal de coprods, pode? Que tipo de ética e profissionalismo vivemos nessa plataforma? Aonde esse gestor pretende chegar, submetendo a força de trabalho da FPSO P-57 a essas condições de assédio?

Os valores estão distorcidos. Se por um lado, Pedro Parente determina o cumprimento das regras de ouro à sua força de trabalho, como e por que permite esse desvio de conduta por parte de seus gestores?

JÁ SINTO que esse chefe não pode se valer dessa relação de poder para permitir que seus coordenadores e supervisores perpetuem a política do medo, com ameaças aos empregados. O terrorismo implantado fragiliza o ambiente de trabalho e coloca em risco a segurança do trabalhador, fazendo com que ele seja submetido a mais riscos de acidentes ou podendo até adoecer. Aliás, os acidentes estão acontecendo e funcionários estão sendo afastados por motivo de doenças psicossomáticas. Existem funcionários com pouco tempo de empresa aderindo ao PIDV por não aguentam mais essa gestão do terror.

Diante dos fatos, o Sindipetro-ES repudia essa forma de gestão e reivindica que o Guia de Conduta e o Código de Ética da empresa sejam cumpridos e aplicados aos gestores dessa plataforma.

JÁ SINTO! ISSO TEM QUE ACABAR. CHEGA DE ASSÉDIO E NEPOTISMO!

Expediente

Boca de Ferro - Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo - filiado à CUT
www.sindipetro-es.org.br - Responsabilidade Secretaria de Comunicação e Imprensa.

Sede São Mateus - Rua João Evangelista Monteiro Lobato, 400, Sernamby, CEP 29930-840, (27) 3763 2640, saomateus@sindipetro-es.org.br

Sede Vitória - Rua Carlos Alves, 101, Bento Ferreira, CEP 29050-040, (27) 3315 4014, vitoria@sindipetro-es.org.br

Sede Linhares - Avenida Rufino de Carvalho, 1124, Ed. Pauster, sl 303, Centro, CEP 29.900-190, (27) 3371 0195, linhares@sindipetro-es.org.br

Comunicação e Imprensa - (27) 99508 0399, imprensa@sindipetro-es.org.br

Editoração e textos - Pulso Conteúdo LTDA, (27) 3376 4577/4576, pulso@pulsocomunicacao.com

Colaboração - Lorraine Paixão | Júnior Gaiger - Registro Profissional: MTE ES0003050

Jornalista responsável - Mirela Adams - Registro Profissional: ES00651/JP